

INFRAESTRUTURA

General Câmara vê obra de R\$ 168 bi como 'virada de chave'

Livia Araújo

redacao@jornalcidades.com.br

As obras de modernização da Barragem-Eclusa de Amarópolis, com investimento de R\$ 168,1 milhões do governo federal, e a movimentação para ocupação dos pavilhões do antigo Arsenal de Guerra estão no centro de um esforço da prefeitura de General Câmara para reverter o ciclo de estagnação econômica que marcou o município nos últimos anos. Para o prefeito Márcio Brandão, os dois movimentos são complementares e podem representar uma inflexão no desenvolvimento local. "Pode ser uma virada de chave no nosso município", afirmou.

A eclusa, localizada no rio Jacuí, foi inaugurada em 1974 e concentra hoje o maior volume de tráfego entre as eclusas administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) na Região Sul. Em 50 anos de operação, nunca havia recebido uma reforma integral. A estrutura opera atualmente com limitações decorrentes das enchentes de 2024, que arrancaram comportas e comprometeram sua capacidade de



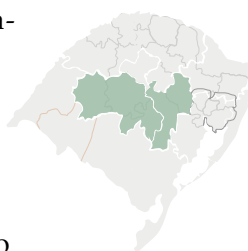
ANDRÉ LIZIARDI/PREFEITURA DE GENERAL CÂMARA/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Consórcio Amarópolis, responsável por obra na barragem, já iniciou a seleção de mão de obra com prioridade para moradores

retenção de água, o que afeta, inclusive, as lagoas de pesca da comunidade de Santo Amaro, explica o prefeito. A empresa vencedora da licitação, o Consórcio Amarópolis, já iniciou a seleção de mão de obra com prioridade para moradores do município, e a ordem de serviço foi assinada. As obras têm contrato vigente até dezembro de 2027.

A importância estratégica

da eclusa vai além dos limites do município. Juntamente com as barragens de Fandango, em Cachoeira do Sul, e Anel de Dom Marco, em Rio Pardo, ela compõe um eixo de cerca de 300 quilômetros de vias navegáveis ao longo do rio Jacuí, integrando um sistema de aproxi-



madamente 880 quilômetros de hidrovias internas que conecta o interior gaúcho ao Porto de Rio Grande. "A grande parte da área que atende todo o Estado sai daqui. Para nós é fundamental fomentar o comércio e a trafegabilidade das embarcações", disse Brandão.

O secretário nacional de

Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, que esteve em General Câmara no fim de junho para a assinatura da ordem de serviço, classificou a modernização como avanço estratégico para a infraestrutura hidroviária brasileira, conforme noticiou o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) na época. Na ocasião, a prefeitura também aproveitou o encontro para apresentar uma proposta técnica ao governo federal, no âmbito da Consulta Pública do Sistema Aquaviário Integrado do Sul, pleiteando o reconhecimento do potencial logístico da área do Grupo de Armazéns GA1, às margens do rio Taquari, para integrar o planejamento aquaviário da Região Sul.

A expectativa do prefeito é que, dentro de um ano, as primeiras empresas já estejam instaladas nos pavilhões do antigo Arsenal. Para viabilizar a atração, a prefeitura estuda oferecer incentivos fiscais como a dedução de impostos, em contrapartida à geração de empregos. "Nosso propósito é trazer empresas e dizer que estamos à disposição para dialogar e achar a melhor maneira de instalá-las aqui", afirmou Brandão.

Cidade recebe consultas para ocupar área do antigo Arsenal de Guerra

A prefeitura de General Câmara afirma que está recebendo cartas de intenção de empresas interessadas em ocupar os pavilhões do antigo Arsenal de Guerra, desativado em novembro de 2024. Os contatos incluem empresas dos segmentos naval, metalúrgico, calçadista e de funilaria. Entre elas, segundo o prefeito Márcio Brandão, uma empresa calçadista já instalada no município quer expandir sua operação e é uma das mais adiantadas nas tratativas.

A área é composta pelo Grupo de Armazéns GA1, estrutura portuária às margens do rio Taquari, e pelos pavilhões do complexo fabril do arsenal, que conta com ponte rolante, estrutura metálica reforçada e amplos galpões. Os imóveis pertencem à União e foram transferidos para a guarda da prefeitura em março deste ano, sob responsabilidade da Supe-

rintendência do Patrimônio da União (SPU). Em junho, o município recebeu o termo de destinação das áreas residenciais, do campo de futebol e da área de lazer, que serão repassadas ao município após o período eleitoral. Já a área fabril e o GA1 seguirão sob propriedade da União, com cessão de uso a ser formalizada para que empresas possam se instalar.

"Minha preocupação maior é

as empresas trazerem as cartas de intenção e a gente levar até a SPU para ver se liberam a instalação", explicou Brandão. Cada empresa deverá arcar com a adaptação do espaço ao seu uso específico, sem investimento inicial da prefeitura. A prefeitura estuda oferecer incentivos fiscais, como dedução de impostos, em contrapartida à geração de empregos e à instalação das empresas no município.



ANDRÉ LIZIARDI/PREFEITURA DE GENERAL CÂMARA/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Pavilhões atraem interesse de segmentos naval, calçadista, metalúrgico e funilaria

Abandono da área militar deixou lacuna econômica no município, afirma prefeito

A desativação do Arsenal de Guerra de General Câmara (AGGC), concluída em novembro de 2024 após processo iniciado em 2022, deixou uma lacuna econômica sentida em todo o município de General Câmara, na avaliação da prefeitura. O complexo, transferido para o município em 1935, e que chegou a reunir 242 imóveis entre instalações industriais, residências e equipamentos de lazer, era o maior empregador local. Com a saída dos militares e funcionários, o comércio perdeu uma parcela significativa de sua clientela habitual.

"Com o fim das atividades, a arrecadação caiu bastante. O comércio sentiu muito, desde o barbeiro que cortava o cabelo dos militares até o mercado, a

farmácia, tudo. As obras que aconteciam, os gastos que eram investidos aqui, não existem mais", resumiu o prefeito Márcio Brandão. A transferência das atividades do Arsenal para o Parque Regional de Manutenção, em Santa Maria, integrou uma reestruturação das Forças Armadas voltada à racionalização logística.

O prefeito de General Câmara lamentou ainda que a transição não tenha sido planejada com antecedência. Apesar do anúncio da saída em 2022, os imóveis só foram repassados à guarda da prefeitura em março de 2026. "Se isso tivesse sido encaminhado desde 2022, os prédios estariam em melhores condições e, de repente, já teríamos empresas instaladas ali", avaliou.